



:: Boletim Empresas Públicas nº 05/2016 - 14 de junho de 2016 ::

Seagro cobra posição do secretário Sopelsa



Após 3 reuniões com o Secretário Adjunto da Agricultura e da Pesca Airton Spies, sem que nenhum avanço ocorresse nas negociações do ACT, fomos recebidos no final da tarde do dia 6 de junho, segunda-feira, pelo Secretário da Agricultura e da Pesca, Moacir Sopelsa. Ao final da reunião, o secretário adjunto Spies também se fez presente.

Apresentamos ao secretário os argumentos, entre outros, de que houve redução nos custos com pessoal nas duas empresas decorrentes principalmente da implantação dos PDVIs e também que o real impacto que a reposição da inflação causaria é bem inferior ao índice de inflação cheio, pois a maior parte desse impacto já ocorreu em janeiro em razão da correção salarial dos que recebem o Salário Mínimo Profissional (SMP). Além disso, a implantação dos PCCSs somente se completa com a reposição do INPC, pois do contrário a compressão da tabela salarial volta a ocorrer de maneira ainda mais intensa do que anteriormente, com o antigo PCS. Deixamos claro, assim, que é inadmissível a proposta de reajuste salarial zero para o ACT apresentada pelo governo.

Importante frisar que o INPC acumulou no período 9,83%. Sopelsa comprometeu-se em buscar uma solução junto ao CPF. Nova reunião ficou agendada para o final desta semana, quando o secretário apresentará possível alternativa de proposta.

Reuniões com demais sindicatos

Nos dias 2 e 8 de junho ocorreram reuniões entre os sindicatos que representam as diversas categorias da Epagri e Cidasc. O objetivo dessas reuniões foi o de buscar uma possível estratégia de ação conjunta, de maneira a avançar na busca por uma proposta que reajuste os salários no mínimo pelo INPC. Assim, ficou acordado que as reivindicações específicas de cada sindicato serão respeitadas e não deverão fazer parte de qualquer ação conjunta. O foco de uma possível estratégia integrada é a busca pela reposição da inflação.

Instalação de Outdoors

A Diretoria Executiva do Seagro, juntamente com o Simvet (Sindicato dos Médicos Veterinários) e o Senge (Sindicato dos Engenheiros), seguindo as diretrizes do Conselho Deliberativo para a Campanha Salarial, instalou dois outdoors denunciando a proposta de reajuste zero apresentada pelo governo. Segue foto do outdoor instalado em frente ao portão da Epagri. Utilizaremos um banner com a mesma mensagem nos materiais de divulgação do sindicato e meios de comunicação como o jornal, a página do Seagro no Facebook e o site.



Possíveis ações futuras

Na última reunião da Diretoria Executiva, que ocorreu em 07 de junho, esteve presente nossa assessora jurídica, Dra. Sandra, para discutirmos a possibilidade de solução do impasse do ACT através de dissídio coletivo. A conclusão, após profundo debate, é de que só poderemos contar com esse instrumento caso ocorra greve.

São duas as possibilidades para que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgue o dissídio: 1 - caso ocorra o "comum acordo", em que o governo concorde oficialmente que o TRT julgue o dissídio; 2 - caso ocorra greve. O secretário Spies já informou que o governo não concederá o comum acordo, assim, caso as negociações malogrem, se quisermos optar pelo dissídio, somente se ocorrer greve dentro dos trâmites legais previstos em lei, com assembleia aprovando-a e com o aviso oficial encaminhado às empresas, nos prazos previstos, é que o TRT admitirá julgá-lo. Isso porque, a greve mostra claramente que não existe mais possibilidade de se avançar nas negociações.

Diante disso, o entendimento da diretoria executiva é de que, caso as possibilidades de negociações em mesa se esgotem e não tenhamos outro recurso que não a greve, esta deva ser realizada não com objetivo apenas de se obter o julgamento do dissídio, mas sim como forma de mostrarmos claramente nossa indignação com a proposta apresentada pelo governo, de zero de reposição salarial. Importante ressaltar que um eventual prejuízo no reajuste do índice de inflação este ano, significa perda definitiva, como mostra a história das negociações coletivas que já tivemos. Anualmente, incluímos na pauta de reivindicações a reposição das perdas acumuladas em anos anteriores, porém nunca fomos atendidos.

Assim, antes de tudo, a greve poderá concretamente resultar em uma mudança de postura do governo que poderá apresentar proposta aceitável para o ACT, que para nós é nada menos que a reposição do INPC de 9,83%. Caso, mesmo com uma mobilização de greve, não ocorra nenhuma mudança de postura por parte do governo, então teremos as condições necessárias para que o dissídio seja julgado pelo TRT. É importante ressaltar que o julgamento do dissídio não garante a reposição do INPC, pois depende do entendimento e da sentença final do TRT. Desta maneira, todos os movimentos que realizarmos terão como principal objetivo fazer com que o governo apresente proposta de reposição integral do INPC e, caso isso não ocorra, poderemos então optar pelo dissídio. No caso específico de usarmos o expediente de greve, seria importante termos todos os sindicatos com base nas empresas Cidasc e Epagri unidos, o que exerceria muito maior poder de pressão.

É fundamental que todos se mantenham alertas, defendendo firmemente a posição de que não se aceitará assinar ACT sem que haja a reposição integral do INPC.

UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!



SEAGRO-SC - Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina
Rua Adolfo Melo, 35 - sala 1002 - Ed. Via Veneto - Centro - 88.015-090 - Florianópolis/SC
(48) 3224-5681 - www.seagro-sc.org.br - seagro@seagro-sc.org.br

Valorize nossa profissão
Faça a sua ART junto ao CREA-SC
Indique o SEAGRO-SC Código Nº 21